

# Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras

2025

Paulista  
Lajeado



## Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....	3
Balço Patrimonial Ativo .....	6
Balço patrimonial Passivo .....	7
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	9
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	11
(1) CONTEXTO OPERACIONAL .....	12
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	13
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	14
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO.....	21
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	22
(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS .....	22
(7) TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS .....	23
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR .....	23
(9) OUTROS ATIVOS.....	24
(10) RESULTADO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	24
(11) INVESTIMENTOS.....	24
(12) INTANGÍVEL.....	25
(13) FORNECEDORES.....	26
(14) TAXAS REGULAMENTARES .....	26
(15) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER .....	26
(16) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS .....	26
(17) OUTRAS CONTAS A PAGAR .....	27
(18) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	27
(19) LUCRO POR AÇÃO.....	28
(20) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	29
(21) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA .....	29
(22) CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS .....	30
(23) RESULTADO FINANCEIRO .....	31
(24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	31
(25) GESTÃO DE RISCOS .....	32
(26) INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	35
(27) COMPROMISSOS .....	37

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Paulista Lajeado Energia S.A. (“Paulista Lajeado” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

### 1) Considerações Iniciais

A Paulista Lajeado é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada diretamente (59,93%) pela CPFL Jaguari de Geração de Energia Ltda. (“Jaguari Geração”).

A Paulista Lajeado tem como objeto social a geração e comercialização de energia, detendo 7,0% do capital votante da Investco S.A., empresa criada com o propósito de operar a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”).

A UHE Lajeado é um importante empreendimento de geração de energia elétrica, localizada no Rio Tocantins, com capacidade instalada total de 902,5 MW, dos quais 6,93% são repassados à Paulista Lajeado.

### 2) Desempenho Econômico-Financeiro

#### Receita operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 35 milhões em 2025, representando um aumento de 49,0% (R\$ 12 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 4 milhões em 2025, redução de 23,1% (R\$ 1,0 milhão). A receita operacional líquida foi de R\$ 32 milhões em 2025, um aumento de 67,0% (R\$ 13 milhões).

#### Geração operacional de caixa (EBITDA)

Em 2025, o EBITDA teve um resultado negativo de R\$ 1,5 milhão, representando uma variação negativa de R\$ 104 milhões, devido ao aumento de R\$ 116 milhões no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros e outros custos/despesas operacionais), devido principalmente ao efeito positivo de R\$ 103 milhões em 2024 e ao efeito negativo de R\$ 21 milhões em 2025, referente ao ajuste a valor justo do investimento, e aumento nos custos com energia elétrica de R\$ 8 milhões, parcialmente compensado pelo aumento de 67,0% (R\$ 13 milhões) na receita líquida.

	2025	2024
<b>Lucro Líquido</b>	<b>3.433</b>	<b>105.118</b>
Depreciação e Amortização	1.282	436
Resultado Financeiro	(9.927)	(3.008)
Contribuição Social	1.109	10
Imposto de Renda	2.608	18
<b>EBITDA</b>	<b>(1.495)</b>	<b>102.574</b>

\*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

#### Lucro líquido

# Paulista Lajeado Energia S/A

A Paulista Lajeado apurou lucro líquido de R\$ 3 milhões em 2025, representando uma variação negativa de R\$ 102 milhões, refletindo a variação negativa de R\$ 104 milhões no EBITDA, o aumento de R\$ 1 milhão nas despesas com depreciação e amortização e o resultado financeiro, que apresentou um aumento de R\$ 7 milhões.

### 3) Auditores Independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) foi contratada pela Paulista Lajeado para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias, a PwC prestou serviços de revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF).

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e “extra-auditoria”. Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

### 4) Programa CPFL +Diversa

O Programa CPFL +Diversa reforça nosso compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo e equitativo. Nosso propósito é avançar continuamente na consolidação de práticas de gestão que promovam respeito, pertencimento e oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar. Para mais informações, acesse a nossa Norma de Diversidade, Equidade e Inclusão no site de Relacionamento com Investidores: [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri) > Governança Corporativa > Estatutos Sociais, Códigos e Políticas > Códigos, Políticas e Regimentos > Diversidade, Equidade e Inclusão.

Em conformidade com a Lei Federal nº 15.177/2025, informamos:

I – Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos de administração.

<b>Diversidade no Conselho de Administração</b>		
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Homens	100%	67%
Mulheres	0%	33%

### 5) Agradecimentos

A Administração da Paulista Lajeado agradece aos seus acionistas, colaboradores e à sociedade pela confiança depositada na Companhia no ano de 2025.

# Paulista Lajeado Energia S/A

A Administração.

**Ricardo Fernando Ferreira**  
**Gerente de Serviços Financeiros**  
**CRC 1SP321353/O-4**

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpf.com.br/ri](http://www.cpf.com.br/ri).



# Paulista Lajeado Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025  
e relatório do auditor independente**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Paulista Lajeado Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Paulista Lajeado Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.



Paulista Lajeado Energia S.A.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Paulista Lajeado Energia S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 4 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-027613/F-1

Lia Marcela Rusinque Fonseca  
Contador CRC 1SP291166/O-4

# Paulista Lajeado Energia S/A

## PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A. Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.610	10.208
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	4.154	2.456
Dividendo e juros sobre o capital próprio	10	3.413	-
Títulos e valores mobiliários	7	1.745	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	193	64
Outros tributos a compensar	8	1.916	1.356
Outros ativos	9	695	1.265
<b>Total do circulante</b>		<b>14.727</b>	<b>15.348</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	102	-
Investimentos	10	127.560	139.973
Intangível	12	11.495	12.767
<b>Total do não circulante</b>		<b>139.157</b>	<b>152.740</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>153.884</b>	<b>168.089</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Paulista Lajeado Energia S/A

## PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A. Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	1.967	743
Taxas regulamentares	14	254	400
Imposto de renda e contribuição social a recolher	15	1.820	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	15	294	113
Dividendos e juros sobre capital próprio	24	773	12.702
Outras contas a pagar	17	1.022	7.747
<b>Total do circulante</b>		<b>6.130</b>	<b>21.704</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social a recolher	15	-	950
Outras contas a pagar		2	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>2</b>	<b>950</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	18	56.232	56.232
Reserva de capital		49.975	49.975
Reserva de lucros		26.814	39.227
Dividendos		14.731	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>147.752</b>	<b>145.435</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>153.884</b>	<b>168.089</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Paulista Lajeado Energia S/A

## PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A. Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	20	<b>31.641</b>	<b>18.950</b>
<b>Custo com serviços</b>		<b>(8.768)</b>	<b>(7.823)</b>
Custo com energia elétrica	21	(8.768)	(7.823)
<b>Custo com operação</b>		<b>(12.624)</b>	<b>(11.143)</b>
Depreciação e amortização		(1.282)	(436)
Outros custos com operação	22	(11.342)	(10.707)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>10.249</b>	<b>(16)</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas com vendas</b>		<b>(5)</b>	<b>33</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(5)	33
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(579)</b>	<b>(489)</b>
Outras despesas gerais e administrativas	22	(579)	(489)
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(12.441)</b>	<b>102.610</b>
Outras despesas operacionais	22	(12.441)	102.610
<b>Resultado do serviço</b>		<b>(2.777)</b>	<b>102.138</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>		<b>7.440</b>	<b>2.265</b>
Resultado de participações societárias	10	7.440	2.265
<b>Resultado financeiro</b>		<b>2.487</b>	<b>742</b>
Receitas financeiras	23	2.116	987
Despesas financeiras	23	371	(245)
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>7.150</b>	<b>105.146</b>
Contribuição social	10	(1.109)	(10)
Imposto de renda	10	(2.608)	(18)
		<b>(3.717)</b>	<b>(28)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>3.433</b>	<b>105.118</b>
Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$	19	0,06	1,89
Lucro líquido básico por ação preferencial - R\$	19	0,07	2,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Paulista Lajeado Energia S/A

## PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A. Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício		3.433	105.118
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b><u>3.433</u></b>	<b><u>105.118</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Paulista Lajeado Energia S/A

Paulista Lajeado Energia S.A.  
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

**Reserva de Lucro**

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva de retenção de lucros para investimento</u>	<u>Reserva de Lucros a realizar</u>	<u>Dividendo</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro 2023</b>	<b>56.232</b>	<b>49.975</b>	<b>1.122</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(48.666)</b>	<b>58.664</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	<b>105.118</b>	<b>105.118</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	105.118	105.118
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>	-	-	-	<b>38.105</b>	-	<b>(38.105)</b>	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	38.105	-	(38.105)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	-	-	-	-	-	<b>(18.347)</b>	<b>(18.347)</b>
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(12.702)	(12.702)
Partes Beneficiárias do exercício	-	-	-	-	-	(5.645)	(5.645)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>56.232</b>	<b>49.975</b>	<b>1.122</b>	<b>38.105</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>145.435</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	<b>3.433</b>	<b>3.433</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.433	3.433
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>	-	-	-	<b>(12.413)</b>	-	<b>12.413</b>	-
Realização de reserva de lucros	-	-	-	(12.413)	-	12.413	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	-	-	-	-	<b>14.731</b>	<b>(15.846)</b>	<b>(1.116)</b>
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(772)	(773)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	14.731	(14.731)	-
Partes Beneficiárias do exercício	-	-	-	-	-	(343)	(343)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>56.232</b>	<b>49.975</b>	<b>1.122</b>	<b>25.692</b>	<b>14.731</b>	<b>-</b>	<b>147.752</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Paulista Lajeado Energia S/A

## PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A. Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>7.150</b>	<b>105.146</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	1.282	436
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(33)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	-	98
Ajuste a valor justo em investimentos (nota 11)	12.413	(102.638)
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	-	(2.265)
	<b>20.850</b>	<b>745</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1.806)	(359)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	(3.413)	4.976
Tributos a compensar	(689)	(74)
Outros ativos operacionais	559	(461)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	1.224	(207)
Outros tributos e contribuições sociais	(359)	21
Taxas regulamentares	(146)	147
Outros passivos operacionais	(7.065)	1.066
<b>Caixa líquido gerado pelas operações (consumido)</b>	<b>9.155</b>	<b>5.854</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.306)	(82)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (consumido)</b>	<b>6.849</b>	<b>5.772</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(1.745)	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(1.745)</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(12.702)	-
Captação de mútuos entre partes relacionadas	-	8
Amortização de mútuos entre partes relacionadas	-	(4.124)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>	<b>(12.702)</b>	<b>(4.116)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(7.598)</b>	<b>1.656</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.208</b>	<b>8.552</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.610</b>	<b>10.208</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Paulista Lajeado Energia S.A. (“PLE” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo principal de atuar na geração e comercialização de energia elétrica, de qualquer origem e natureza. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia é uma controlada direta da Companhia Jaguari de Geração de Energia Ltda. e indireta da CPFL Energia S.A.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Vigato, 1620 - 1º andar – sala 4 – João Aldo Nassif - Jaguariúna – SP – Brasil.

**1.1 Mudanças Climáticas**

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, o Grupo CPFL declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, o Grupo CPFL realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) ser carbono neutro a partir de 2025<sup>1</sup>, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para endereçar esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para os negócios de geração, transmissão e distribuição da CPFL, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” o Grupo CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do *Carbon Disclosure Project (CDP)* nos questionários de mudanças climáticas e segurança hídrica, dando maior transparência para nossos públicos de interesse.

<sup>1</sup> Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

**1.2 Gestão de crises**

O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências.

# Paulista Lajeado Energia S/A

O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados.

O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo CPFL.

Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade e da diversificação das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas.

A governança de crises do Grupo CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

## **(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de fevereiro de 2026 e aprovadas pelo conselho de Administração em 04 de março de 2026.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo na categoria nível 1, 2 e 3, está apresentada na nota 25 de Instrumentos Financeiros.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

# Paulista Lajeado Energia S/A

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 9 – Outros ativos (Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 11 – Investimentos (principais premissas em relação à mensuração a valor justo do investimento em instrumento patrimonial);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 26 – Instrumentos financeiros – derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pelo Grupo e suas controladas.

## 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## 2.5 Informações sobre participações societárias

A Paulista Lajeado detém participação societária de 5,94% na Investco S.A., a qual está avaliada pelo seu valor justo, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A PLE, em conjunto com a Rede Lajeado S.A., Ceb Lajeado S.A. e EDP Lajeado Energia S.A., são titulares de ações representativas de 100% do capital votante e 59,05% do capital social da Investco S.A. As referidas sociedades, juntamente com a Investco S.A., são parte do consórcio denominado “Consórcio Usina Lajeado”, cujo objetivo é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do aproveitamento Hidrelétrico Luiz Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado.

Em conjunto com a Rede Lajeado S.A., Ceb Lajeado S.A. e EDP Lajeado Energia S.A., a Companhia firmou contrato de arrendamento de ativos com a Investco S.A. para fins de geração de energia elétrica.

## (3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

### 3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

### 3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

#### Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

**Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas

## Paulista Lajeado Energia S/A

à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
  - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
  - o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
  - os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).
- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 25.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

As ações preferenciais são classificadas como capital no patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

- Partes Beneficiárias

Conforme Estatuto Social da PLE, com o objetivo de manter a participação da Axia de 49,67% no resultado da PLE, a Axia tem o direito de receber partes beneficiárias que lhe garantem 10% do lucro líquido da PLE antes de qualquer outra participação, observando o disposto nos arts. 189 e 190 da Lei 6.404/76. Estes títulos serão convertidos em ações preferenciais sem direito a voto em 2032. Esta conversão de partes beneficiárias no final da concessão em ações preferenciais corresponderá, no momento da conversão, a 5,084% do total de ações emitidas pela PLE. O pagamento de partes beneficiárias ocorre nas mesmas datas que os dividendos ou outra forma qualquer de remuneração feita para os acionistas da PLE.

### 3.3 Intangível

O ativo intangível da Companhia inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares, serviços e direito de desenvolvimento de sistema, de acordo com o CPC 04 - Ativo intangível. Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou formação e estão deduzidos da amortização acumulada que é calculada de forma linear e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Ainda, contempla o saldo referente à Repactuação do risco hidrológico - GSF, conforme abaixo.

#### **Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)**

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela ANEEL.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa ANEEL nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se de um ativo intangível relacionado ao direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos. Adicionalmente considerando-se também por analogia condições previstas no referido CPC 04, o ativo que pode ser constituído pela repactuação do risco não hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, e tendo como base os parâmetros que são determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. Tais montantes são transformados pela ANEEL em extensão do prazo da outorga.

Essa compensação aos geradores hidroelétricos ocorre por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, é reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica.

### 3.4 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- **Ativos financeiros**

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com “problemas de recuperação”. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, são registradas no resultado do exercício.

- **Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

### 3.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### 3.6 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela realizada do lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei 6404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado no passivo, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração deste montante na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

### 3.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Em 2025 as receitas provenientes de clientes que representam 10% ou mais do total da receita bruta da Companhia é representada principalmente pela empresa CPFL Brasil R\$ 22.817 (63%) e pela Energia de Curto Prazo CCEE R\$ 7.721 (22%) e em 2024 as receitas provenientes de clientes é representada principalmente pela empresa CPFL Brasil R\$ 10.784 (46%).

### 3.8 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

A Companhia tem como metodologia de apuração de imposto de renda e contribuição social o lucro presumido regime caixa, o cálculo para recolhimento destes impostos é com base no percentual de presunção de lucro sobre o recebimento efetivo acrescido de 100% das seguintes receitas: ganhos de capital, rendimentos e ganhos líquidos auferidos de aplicações financeiras e demais receitas.

### 3.9 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

### 3.10 Mudanças nas principais políticas contábeis

No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às normas contábeis, bem como orientações técnicas emitidas pelo CPC, que se tornaram obrigatórias para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Entre as principais mudanças, destacam-se as alterações do CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, e a adoção da orientação técnica OCPC 10, que estabelece diretrizes para o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO<sub>2</sub>e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

### 3.11 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários nota 21).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

### 3.12 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, emendas foram emitidas pelo CPC e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

#### (a) CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

Foi emitido o CPC 51, que substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. Introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de

## Paulista Lajeado Energia S/A

“lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”, e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51, será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas a partir da data de adoção.

### **(b) Alterações ao CPC 48 e CPC 40 (R1) – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

Foram emitidas as alterações ao CPC 48 e CPC 40 que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Entre as principais alterações estão: (i) esclarecimento sobre a baixa de passivos financeiros na “data de liquidação” e introdução de uma opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes da data de liquidação; (ii) orientação adicional sobre avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG; (iii) esclarecimentos sobre características sem direito de regresso e instrumentos contratualmente vinculados; e (iv) novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **(c) Melhorias Anuais às Normas Contábeis**

Em Foram emitidas as alterações pontuais em normas como CPC 37, CPC 40, CPC 48, CPC 36 e CPC 03 (R2), com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia

## **(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

### **- Intangível**

O valor justo dos itens do ativo intangível é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

### **- Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (nota 25) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

# Paulista Lajeado Energia S/A

## (5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos bancários	41	203
Aplicações financeiras (a)	2.569	10.005
Títulos de crédito privado (b)	956	10.005
Fundos de investimento (c)	1.613	-
<b>Total</b>	<b>2.610</b>	<b>10.208</b>

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e remuneração equivalente, na média de 30% em 31 de dezembro de 2025 da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (30% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2024).
- b) Corresponde a operações de curto prazo em: ("CDB's") no montante de R\$ 956 (R\$ 10.005 em 31 de dezembro de 2024). Todas essas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,30% do ("CDI") (100,85% do CDI em 31 de dezembro de 2024).
- c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez no montante de R\$ 1.613 e remuneração equivalente, na média 99,21% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDB's e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

## (6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos Vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>					
Operações realizadas CCEE	1.950	4	-	1.954	482
Concessionárias e permissionárias	2.204	-	2	2.206	1.983
	<b>4.156</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>4.160</b>	<b>2.465</b>
PCLD				(6)	(9)
<b>Total</b>				<b>4.154</b>	<b>2.456</b>

**Operações realizadas na CCEE** - Refere-se à liquidação de operações financeiras de compra e venda de energia. Os valores reclassificados para o longo prazo referem-se à inadimplência, majoritariamente, dos agentes geradores que, através de liminares, estão pleiteando junto à CCEE compensações aos impactos financeiros sofridos devido do risco hidrológico.

**Concessionárias e permissionárias** - Referem-se as provisões e faturas de vendas relacionadas à comercialização de energia elétrica. Os valores são contabilizados de acordo com o que está estabelecido nos contratos firmados entre as partes e obrigações regulatórias ligada ao negócio.

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 25.

# Paulista Lajeado Energia S/A

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>(9)</b>	<b>(9)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	3	3
Recuperação de receita	(9)	(9)
Baixa de contas a receber provisionadas	9	9
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>(6)</b>	<b>(6)</b>

## (7) TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS

<u>Circulante</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Aplicação financeira temporária</b>		
Títulos e valores imobiliários	1.745	-
<b>Total</b>	<b>1.745</b>	<b>-</b>

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, no montante de R\$ 1.745, cuja remuneração equivalente, na média de 99,21% do CDI.

## (8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	13
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	41
Imposto de renda e contribuição social a compensar	193	10
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>193</b>	<b>64</b>
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	1.517	478
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	193	107
Programa de integração social - PIS	51	51
Contribuição financiamento da seguridade social - COFINS	155	720
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>1.916</b>	<b>1.356</b>
<b>Total circulante</b>	<b>2.109</b>	<b>1.420</b>

**Antecipações de Contribuição social – CSLL e Imposto de renda – IRPJ** – refere-se principalmente a constituição de créditos de tributos pagos a maior.

**Imposto de renda e Contribuição social a compensar no circulante** - refere-se basicamente a saldo negativo de IRPJ e CSLL do período de 2022 e 2024.

**Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte**– refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos públicos.

**ICMS a compensar** – Refere-se principalmente a crédito constituído pela aquisição de bens classificados como ativos imobilizados, ativos intangíveis e ativos financeiros.

# Paulista Lajeado Energia S/A

## (9) OUTROS ATIVOS

	31/12/2025	31/12/2024
Ordens em curso	215	785
Despesas Antecipadas	480	480
<b>Total outros ativos</b>	<b>695</b>	<b>1.265</b>

**Ordens em curso** – Compreende custos e receitas relacionados à gastos com os projetos em andamento do Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Outras Contas a Pagar.

**Despesas antecipadas** - refere-se principalmente a antecipação de despesas com PROINFA e licença de *software*.

## (10) RESULTADO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apresenta saldo de reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2025 e 2024:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>7.150</b>	<b>7.150</b>	<b>105.146</b>	<b>105.146</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Efeito regime lucro presumido	5.176	3.280	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	-	-	(2.152)	(2.179)
<b>Base de cálculo</b>	<b>12.326</b>	<b>10.430</b>	<b>102.994</b>	<b>102.967</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>	<b>(1.109)</b>	<b>(2.608)</b>	<b>(9.269)</b>	<b>(25.742)</b>
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	-	-	9.259	25.724
<b>Total</b>	<b>(1.109)</b>	<b>(2.608)</b>	<b>(10)</b>	<b>(18)</b>
Corrente	(1.109)	(2.608)	(10)	(18)

## (11) INVESTIMENTOS

	2025	2024
Participações societárias permanentes	116.654	116.654
Ajuste a valor justo	10.906	23.319
<b>Total investimentos</b>	<b>127.560</b>	<b>139.973</b>

A Companhia registra em “Investimentos” a participação de 5,94% que detém no capital total da Investco S.A, sendo 28.154.140 ações ordinárias e 18.593.070 ações preferenciais, não cotadas em bolsa. A Investco S.A. é uma Sociedade criada com o propósito de operar a UHE Luís Eduardo Magalhães (antiga UHE Lajeado), nos municípios de Palmas e Miracema do Tocantins, no Estado de Tocantins, e com uma potência instalada de 902,5 MW. O investimento registrado na PLE, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é decorrente da participação de 5,94% no capital total da investida.

A energia produzida pela Investco e repassada à PLE, que vende esta energia para a Companhias do Grupo CPFL Energia S.A. (“Grupo CPFL”), principalmente a Companhia Jaguarí de Energia, sua controladora.

Por não se enquadrar como um investimento em controlada, coligada e empreendimento controlado em conjunto, tal investimento é classificado como um Ativo Financeiro, cuja mensuração deve ser efetuada ao seu valor justo, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

O valor justo deste instrumento de Nível 3 (instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado) foi calculado utilizando a abordagem do fluxo de caixa livre para o acionista, técnica de avaliação

## Paulista Lajeado Energia S/A

que reflete o fluxo de caixa futuro. A Administração se baseou em premissas do orçamento plurianual, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores.

As premissas utilizadas para cálculo do fluxo de caixa descontado, incluíram: (i) expectativas de volume de geração de energia; (ii) expectativas em relação aos preços futuros de energia; (iii) disponibilidade de capacidade de geração de energia; (iv) período de concessão/autorização; e (v) outras condições de mercado. A taxa de desconto utilizada pela Companhia foi de aproximadamente %.

Como resultado, para o exercício de 2025, a Companhia reconheceu um ajuste a valor justo neste investimento no montante de negativo de R\$ 12.413 (positivo de R\$ 102.637 em 2024), cuja contrapartida foi reconhecida na rubrica “Outros” em Custos e Despesas Operacionais.

### **11.1 Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) e Dividendos a receber**

A Companhia reconheceu em resultado dividendos e JCP no montante de R\$ 7.440 (R\$ 2.217 em 2024) na rubrica “Resultado de Participações Societárias”.

## **(12) INTANGÍVEL**

Em 2025 a Companhia apresenta saldo de R\$ 11.495 (R\$ 12.767 em 2024) que corresponde ao efeito de extensão de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico\*. Os valores de amortização estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “depreciação e amortização”.

### **(\*) Repactuação do Risco Hidrológico**

Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não-hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Em 1º de dezembro de 2020, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa (REN) nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Baseada nessa resolução, a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga.

Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, retificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada (ACR) para os anos de 2012 a 2014.

Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderirem ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação.

Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação a Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

Como consequência a Companhia reconheceu ativos intangíveis oriundos da extensão de concessão em contrapartida da rubrica “custos com operação”. Esses montantes representam o valor justo do ressarcimento ao qual a Companhia possui direito a receber, utilizando como base os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de a 9,63%.

# Paulista Lajeado Energia S/A

## (13) FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica	1.088	32
Encargos de uso da rede elétrica	790	659
Materiais e serviços	89	51
<b>Total fornecedores</b>	<b>1.967</b>	<b>743</b>

## (14) TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2025	31/12/2024
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	232	315
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	22	85
<b>Total taxas regulamentares</b>	<b>254</b>	<b>400</b>

## (15) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	1.311	-
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	509	-
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>1.820</b>	<b>-</b>
Programa de integração social (PIS)	51	19
Contribuição financiamento da seguridade social (COFINS)	236	89
Outros	7	5
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>294</b>	<b>113</b>
<b>Total circulante</b>	<b>2.114</b>	<b>113</b>
<b>Não Circulante</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	-	758
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	-	192
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>-</b>	<b>950</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>950</b>

## (16) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS

- **Perdas prováveis:**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, com base na avaliação de sua Administração e de seus consultores jurídicos externos, não possuía processos classificados como de perda provável, razão pela qual nenhuma provisão para contingências foi constituída.

- **Perdas possíveis:**

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são prováveis devido a uma base sólida de

## Paulista Lajeado Energia S/A

defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cíveis	34	227
Fiscais	744	687
Fiscais – Outros	-	1.131
<b>Total</b>	<b>778</b>	<b>2.046</b>

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados (IRPJ e CSLL, Nota 15), refletem a melhor estimativa corrente.

### (17) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Consumidores e concessionárias	-	18
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	644	1.103
FNDCT (*)	14	17
Adiantamento	19	-
Folha de pagamento	2	2
Partes beneficiárias	343	5.645
Arrendamento	1	961
<b>Total outras contas a pagar</b>	<b>1.022</b>	<b>7.746</b>

(\*) Refere-se ao seguinte: FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

**Pesquisa e desenvolvimento P&D:** A companhia reconhece os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

**Partes beneficiárias:** Conforme o Estatuto Social da PLE, a Axia recebe partes beneficiárias para manter sua participação de 49,67% no resultado da empresa, garantindo 10% do lucro atribuível aos acionistas, antes de qualquer outra participação.

### (18) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2025 está assim distribuída:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>			<u>Participação</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	
AXIA Energia S.A.	-	21.060.769	21.060.769	40,07%
Companhia Jaguari de Geração de Energia Ltda.	31.499.174	-	31.499.174	59,93%
<b>Total</b>	<b>31.499.174</b>	<b>21.060.769</b>	<b>52.559.943</b>	<b>100,00%</b>

# Paulista Lajeado Energia S/A

## 18.1 Reserva de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou o montante de R\$ 49.975, correspondente a 10.000 partes beneficiárias, de emissão da Companhia, que foram alienadas à AXIA Energia e que asseguram uma participação de 10% sobre os lucros, antes de qualquer outra participação, observado o disposto nos arts. 189 e 190 da Lei 6.404/76. Estas partes beneficiárias serão convertidas em ações preferenciais sem direito a voto ao final de 2032.

## 18.2 Reserva de lucros

É composta por:

(i) Reserva de retenção de lucros para investimento: O estatuto social prevê que a Companhia poderá destinar até 10% do lucro apurado no exercício para a constituição de reserva para investimentos ambientais. Estas reservas destinam-se ao cumprimento das obrigações referentes aos investimentos básicos de meio ambiente, assumidos na época da construção da Usina Hidroelétrica Luiz Eduardo Magalhães. Com base no acordo de acionistas vigente esta reserva não tem participação da Axia, sendo desta forma, de uso exclusivo da CPFL Jaguari de Geração da Energia Ltda. Em dezembro de 2025, o saldo da reserva é de R\$ 1.112 (R\$ 1.112 em 2024).

(ii) Reserva de lucros a realizar de R\$ 38.105.

## 18.3 Dividendo

A companhia está propondo para o exercício de 2025, o montante de R\$ 773 como dividendo mínimo obrigatório.

## 18.4 Destinação do resultado do exercício

	<u>2025</u>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>3.433</b>
Realização de Reserva de Lucros a Realizar	12.413
Partes Beneficiárias	(343)
<b>Lucro Líquido base para destinação</b>	<b>15.503</b>
Dividendo Mínimo Obrigatório	(773)
Reserva de Lucros a realizar	(14.731)

## (19) LUCRO POR AÇÃO

### Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados. Adicionalmente, conforme acordo de acionista, para fins de cálculo do lucro por ação, foi descontado do lucro líquido o valor correspondente a 10% do lucro pago ao detentor das partes beneficiárias (vide nota 3.9).

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro Líquido do exercício	3.433	105.118
(-) atribuível às partes beneficiárias (3.9)	(343)	(5.645)
Lucro líquido atribuível aos acionistas	<b>3.090</b>	<b>99.473</b>
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	31.499.174	31.499.174
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	21.060.769	21.060.769
<b>Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$</b>	<b>0,06</b>	<b>1,89</b>
<b>Lucro líquido básico por ação preferencial - R\$</b>	<b>0,07</b>	<b>2,00</b>

## Paulista Lajeado Energia S/A

### (20) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>		
<b>Classe de consumidores</b>		
Comercial	23.358	11.354
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>23.358</b>	<b>11.354</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	4.191	9.344
Energia elétrica de curto prazo	7.721	2.974
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>11.912</b>	<b>12.318</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>35.270</b>	<b>23.672</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
PIS	(229)	(391)
COFINS	(1.058)	(1.799)
Programa de P&D e eficiência energética	(316)	(189)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(1.756)	(2.085)
Outros	(270)	(258)
	<b>(3.629)</b>	<b>(4.722)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>31.641</b>	<b>18.950</b>

**Energia elétrica de curto prazo:** aumento na receita com energia elétrica de curto prazo devido a variação do GSF para repactuação do risco hidrológico entre o ano de 2025 e 2024.

### (21) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2025	2024
<b><u>Energia comprada para revenda</u></b>		
Energia de curto prazo	(167)	(1.209)
Amortização de prêmio pago - GSF	(133)	-
Aporte CDE - Decreto 7.945/13	10	-
Crédito de PIS e COFINS	-	112
	<b>(290)</b>	<b>(1.097)</b>
<b><u>Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição</u></b>		
Encargos da rede básica	(8.594)	(7.544)
Encargos de serviço do sistema – ESS líquido do repasse da CONER (*)	116	132
Crédito de PIS e COFINS	-	686
	<b>(8.478)</b>	<b>(6.726)</b>
<b>Total dos custos com energia elétrica</b>	<b>(8.768)</b>	<b>(7.823)</b>

(\*) Conta de energia de reserva

#### 21.1 Generating Scaling Factor (“GSF”)

As UHEs e algumas PCHs conectadas ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que funciona como um compartilhamento de riscos hidrológicos entre essas usinas, uma vez que as usinas geram energia pelo comando do Operador Nacional do Sistema ONS e/ou pelo regime hidrológico, ou seja, não possuem gestão sobre o momento e montante que geram a energia. A participação neste mecanismo é proporcional à Garantia Física de cada usina, que também se configura como o limite de contrato de venda de energia de cada usina.

## Paulista Lajeado Energia S/A

Quando o conjunto das usinas do MRE gera energia superior à soma das suas garantias físicas, denominada Energia Secundária, este excedente é liquidado ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD e rateado entre as usinas participantes na proporção de suas garantias físicas. Por outro lado, se a geração do conjunto for inferior à soma das garantias físicas, haverá o *Generating Scaling Factor* (“GSF”), sendo este déficit de energia também alocado na proporção da garantia física de cada usina e consequentemente expondo-a no mercado de curto prazo, valorizando a energia faltante ao PLD.

Nos anos de 2005 a 2012, o GSF anual do MRE ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos, sendo que a partir do ano de 2013 este cenário começou a se alterar, agravando-se nos anos de 2014 e 2015, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano.

### Repactuação do Risco Hidrológico de 2015

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa ANEEL nº 684 de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente no ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”).

Para a parcela do risco hidrológico relativa ao ACL, o risco será mitigado pela compra de Energia de Reserva, com os direitos e obrigações associados a esta aquisição assumido pelos geradores hídricos. Neste caso o prêmio de risco equivale ao preço de R\$ 2,10/MWh pela energia de reserva destinada a seu uso, que será aportado na Conta de Energia de Reserva (CONER).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido no resultado o montante R\$ 133 (R\$ 128 de 2024), a título de amortização do prêmio do risco hidrológico. Até 31 de dezembro de 2024, este saldo era classificado em “Despesas operacionais”, porém em 2025 passou a ser apresentado como “Custo de compra de energia”, em função de melhor alinhamento à natureza das operações. A mudança não teve efeito material sobre as demonstrações financeiras.

## (22) CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas Operacionais							
	Custo com operação		Gerais e administrativas				Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	-	-	(132)	(128)	-	-	(132)	(128)
Serviços de terceiros	(73)	(124)	(443)	(359)	-	-	(516)	(483)
Outros	(11.269)	(10.583)	(4)	(2)	(12.441)	102.610	(23.714)	92.024
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	(11.269)	(10.455)	(3)	(2)	-	-	(11.272)	(10.458)
Amortização de prêmio pago - GSF	-	(128)	-	-	-	-	-	(128)
(*) Outros	-	-	(1)	-	(12.441)	102.610	(12.442)	102.610
<b>Total</b>	<b>(11.342)</b>	<b>(10.707)</b>	<b>(579)</b>	<b>(489)</b>	<b>(12.441)</b>	<b>102.610</b>	<b>(24.362)</b>	<b>91.413</b>

(\*) Outros: Composto principalmente pelo ajuste a valor justo do investimento detido sobre a Investco, no montante de R\$ 12.441 (R\$ 102.610 em 2024), conforme mencionado na nota 10.

**(23) RESULTADO FINANCEIRO**

	2025	2024
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras	1.998	887
Atualizações monetárias, juros e multas	49	36
PIS e COFINS - sobre receitas financeiras	-	(48)
Outros	69	112
	<b>2.116</b>	<b>987</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(10)	(17)
Atualização de débitos fiscais	(61)	(16)
Juros sobre contratos de mútuo	-	(98)
Atualização P&D e PEE	(55)	(30)
Outros	497	(84)
	<b>371</b>	<b>(245)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>2.487</b>	<b>742</b>

**Outras receitas financeiras:** O montante de R\$ 69 (R\$ 112 em 31 de dezembro de 2024), na rubrica de receitas em outros, refere-se à multa e juros sobre saldos a receber decorrente de comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Vide detalhes na nota 6 em “Operações realizadas na CCEE”.

**(24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia tem como um dos acionistas a CPFL Jaguari de Geração de Energia Ltda., e é indiretamente controlada, na proporção de 59,93%, pela CPFL Energia S.A., que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

O acionista que representa 40,07% é AXIA Energia S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

A principal natureza e transação está relacionada a seguir:

- **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia pelas distribuidoras, comercializadoras e geradoras através de contratos de curto ou longo prazo e de tarifas cobradas pelo uso da rede de distribuição (TUSD). Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo órgão regulador.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, o Grupo CPFL possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos

## Paulista Lajeado Energia S/A

acionistas controladores, da Companhia e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2025, conforme requerido no CPC 05 (R1) foi de R\$ 136 (R\$ 128 em 2024) e refere-se a valor registrado pelo regime de competência.

### Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
Investco S.A	-	-	939	960	-	-	12.229	11.520
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	-	2	2
<b>Contratos de mútuos</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	-	-	98
<b>Dividendo e juros sobre o capital próprio</b>								
Investco S.A	3.413	-	-	-	7.440	2.265	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	6.393	-	-	-	-
<b>Materiais e Prestação de Serviços</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	29	31	-	-	-	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Entidades sob controle comum	-	-	-	-	-	-	-	899
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.973	1.785	1	1	11.771	11.354	173	527

## (25) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, geração e comercialização de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas são reguladas pela ANEEL.

### Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria Interna, Riscos e integridade e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

### Compete ao Conselho de Administração da Companhia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de riscos e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da Companhia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites;
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos

## Paulista Lajeado Energia S/A

- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da Companhia para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Adicionalmente, orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento.

Ao Conselho Fiscal da Companhia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

### **Cabe ao Comitê de Auditoria:**

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

### **Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:**

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

### **À Diretoria Executiva cabe:**

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da Companhia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da Companhia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da Companhia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos na Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões, e (iv) reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos.

Em caso de extrapolação do limite de risco, (i) validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações, (ii) acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia, (iii) acompanhar o *status* dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

## Paulista Lajeado Energia S/A

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

**Risco de mercado das comercializadoras:** Esse risco decorre da possibilidade de as comercializadoras incorrerem em perdas por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, marcadas contra o preço de mercado da energia.

**Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contudo, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País – PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrologia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade.

- **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software Bloomberg* para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

**(26) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível (*)	2025	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	2.610	2.610
Títulos e valores imobiliários	7	(a)	Nível 1	1.745	1.745
Instrumentos patrimoniais	10	(a)	Nível 3	127.560	127.560
<b>Total</b>				<b>131.915</b>	<b>131.915</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

**Categoria/ Mensuração:**

(a) Valor justo contra o resultado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores e (ii) taxas regulamentares.

**a) Valorização dos instrumentos financeiros**

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

A Companhia registra em "investimento" a participação de 5,94% que detém no capital total da Investco S.A., sendo 28.154.140 ações ordinárias e 18.593.070 ações preferenciais, não cotadas em bolsa. O objetivo principal de suas operações é gerar energia elétrica que será comercializada pelos respectivos acionistas detentores da concessão, a Companhia registra o respectivo investimento ao seu valor de custo, o qual representa a melhor estimativa de seu valor justo, uma vez que não há informações recentes disponíveis para a apuração do valor justo, em conformidade com o CPC 48.

### b) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Instrumentos financeiros ativos	4.314	Baixo CDI	14,90%	13,65%	589	442	294
<b>Total</b>	<b>4.314</b>				<b>589</b>	<b>442</b>	<b>294</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

### c) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos em reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2025	Nota explicativa	Menos de 1 mês	Total
Fornecedores	13	1.967	1.967
Taxas regulamentares	14	254	254
FNDCT (*)	17	14	14
<b>Total</b>		<b>2.235</b>	<b>2.235</b>

(\*) Refere-se ao seguinte: FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

### d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

#### **Contas a receber e Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

#### **Caixa, equivalentes de caixa**

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA- avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

# Paulista Lajeado Energia S/A

## (27) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia, em 31 de dezembro de 2025, são como segue:

<b>Obrigações contratuais</b>	<b>Duração</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>1 - 3 Anos</b>	<b>4 - 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	7 anos	9.225	20.388	18.360	19.819	67.792
Prêmio de risco – Repactuação do risco hidrológico	7 anos	146	293	293	286	1.018
<b>Total</b>		<b>9.371</b>	<b>20.681</b>	<b>18.653</b>	<b>20.105</b>	<b>68.810</b>

**Paulista Lajeado  
Energia S/A**

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**RODOLFO COLI DA CUNHA**  
Presidente

**TIAGO DA COSTA PARREIRA**  
Conselheiro

**RODRIGO MIGUEL DE OLIVEIRA**  
Conselheiro

---

**DIRETORIA**

---

**XINJIAN CHEN**  
Diretor Presidente

**KEDI WANG**  
Diretora Financeira

**FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor Administrativo

---

**CONTABILIDADE**

---

**RICARDO FERNANDO FERREIRA**  
Gerente Financeiro Sênior  
CRC 1SP321353/O-4